

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Mudanças climáticas e os elementos da colonialidade atual. O mecanismo de redd e a catequese do carbono sobre os povos indígenas amazônicos.

Camila Moreno.

Cita:

Camila Moreno (2009). *Mudanças climáticas e os elementos da colonialidade atual. O mecanismo de redd e a catequese do carbono sobre os povos indígenas amazônicos. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1109>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Mudanças climáticas e os elementos da colonialidade atual

O mecanismo de redd e a catequese do carbono sobre os povos indígenas amazônicos

Camila Moreno
UFRRJ / CPDA
cc_moreno@yahoo.com

A relação entre florestas e clima ocupa hoje um lugar de absoluto destaque nas negociações internacionais porque as emissões resultantes do desmatamento de florestas tropicais, segundo as avaliações científicas aceitas, seriam atualmente responsáveis por cerca de 20% do total de emissões de gases de efeito estufa na atmosfera - tanto ou mais que o setor de transporte, e só atrás do setor de geração de energia (sobretudo a queima de carvão mineral), considerado a maior fonte de emissões¹.

Segundo este argumento, no centro destas negociações em curso para encaminhar uma ‘solução’ ao desafio das mudanças climáticas para todo o planeta está a elaboração de um mecanismo

¹ Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) AR4, Technical Summary of Working Group III. *International Panel on Climate Change* (2007) Calcula-se que tenham contribuído com algo entre 7% e 28%, das emissões globais induzidas pelo homem nos anos 1990 (0,5 bilhão a 2,4 bilhões de toneladas de carbono/ano)

para *Reduzir as Emissões* (de gases de efeito estufa) originadas com o *Desmatamento e a Degradação* (REDD) das florestas tropicais. Este debate atualmente está em curso no mais alto nível da ordem multilateral com respeito ao tema do aquecimento global: as negociações internacionais da *Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima* (UNFCCC, por sua sigla em inglês)².

Reduzir o desmatamento e pagar uma compensação financeira para evitá-lo é sem dúvida uma idéia simpática e apelativa no raciocínio simplista e mercantil cada vez mais naturalizado junto à opinião pública: o mecanismo de REDD, em construção, propõe instituir um sistema de pagamentos e compensações monetárias para que assim a floresta tenha 'mais valor em pé' do que derrubada ou desmatada. Esta proposta vem se mostrando muito sedutora junto às comunidades locais pressionadas pelo desmatamento conduzido sobretudo pelo avanço do agronegócio e das indústrias extrativas e mineiras e para estas empresas a possibilidade de novos negócios na medida em que vender os créditos do carbono referente ao desmatamento evitado seria um negócio mais lucrativo.

Este novo contexto mundial diz respeito particularmente à Amazônia: segundo os promotores deste modelo de 'solução', cerca de metade (50%) do carbono florestal do mundo está hoje estocado nas florestas tropicais e enquanto todas as florestas do mundo (tropicais, boreais e outras) guardariam no total 300 bilhões de toneladas de carbono, a floresta Amazônica sozinha guardaria uma reserva de cerca de 80 bilhões de toneladas de carbono – o que equivale a quase *um terço do estoque mundial*³.

As áreas com florestas tropicais no mundo somam hoje, no total, aproximadamente 17 milhões de km²: cerca de 20% das terras do planeta e a grande maioria destas terras é pública ou território de povos indígenas. A maior floresta tropical do mundo é a Amazônia, com cerca de 7 milhões de km². Embora nove países compartilhem o bioma amazônico, a maior parte deste - 60% - está em território brasileiro; no Brasil, o bioma Amazônia ocupa 49,29% do território nacional, sendo o maior bioma terrestre do país. Segundo a *Cordenadora de las Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazônica* (COICA), em todos os nove países da bacia haveria no total cerca de **220 milhões de hectares de terra indígena titulada** (equivalente em tamanho à 1/4 do território brasileiro).

Logo, qualquer que seja o formato final de um mecanismo internacional para garantir a redução de emissões do desmatamento, levando em consideração a centralidade que têm a região

² A UNFCCC foi adotada inicialmente durante a *Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável*, a Rio 92, quando também foi adotada a *Convenção de Biodiversidade* (CBD); juntos, estes são os dois principais documentos que orientam as decisões e a governança internacional sobre meio-ambiente.

³Os dados que quantificam o estoque de carbono que estaria disponível nas floresta tropicais são altamente disputados e há diversas metodologias para realizar a estimativa com maior 'precisão' possível. Sendo todos interessados em comprovar da forma mais conveniente a mercadoria que pretendem vender, ou comprar, é um tema da maior importância mas que não será tratado aqui em detalhe, o que também não é o propósito deste texto. Para uma extensa compilação de *papers* sobre contabilidade de carbono florestal, simulação, modelagem, experimentos (em inglês) ver: *Environmental Research Letters* (ERL). Em: <http://www.iop.org/EJ/journal/erl>

amazônica para um acordo global, este terá na incorporação dos Povos Indígenas um elemento central: no respeito à Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP) e outras provisões como o Convênio 169 da *Organização Internacional do Trabalho* (OIT).

Neste processo, o direito à consulta e ao consentimento livre, prévio e informado aos Povos Indígenas – inclusive para garantir seu direito de dizer *não* – é central em um contexto no qual as florestas tropicais passam a ser um território ainda mais estratégico e valorizado para o ciclo econômico que se inicia. E novos conflitos também.

Nesta ótica os Povos Indígenas são um fator decisivo para legitimar, ou questionar e alterar (e até mesmo rechaçar) qualquer acordo global sobre o clima que dependa de florestas. A legitimação dos termos no qual o debate está sendo colocado também: pelo potencial risco aos seus territórios e modos de vida tradicionais, bem como à restrição de seus direitos ao firmar contratos de comercialização sobre o carbono ‘estocado’ em suas terras, mas também, pelas alegadas vantagens econômicas que a oportunidade de via mecanismos de mercado garantir sua forma de vida tradicional e a preservação das florestas. Este processo passa por uma profunda resignificação da vida e do papel dos atores que passam a ser “guardiões do carbono florestal”. Para serem incorporados neste processo, os povos indígenas devem ser doutrinados na escatologia climática segundo a cosmologia da modernidade e aceitar o carbono como elemento redutível de toda a realidade e complexidade da relação entre humanidade e natureza. Neste sentido é importante identificar de que forma os novos mecanismos atualizam velhas dinâmicas de dependência e colonialismo sobre a natureza, os povos e as terras do continente latinoamericano. Vejamos.

No final 2009, de 7 à 18 de dezembro na cidade de Copenhague (Dinamarca), terá lugar a 15ª Conferência das Partes (COP 15) da UNFCCC. Representando a mais alta instância internacional para tratar de ações e medidas para ‘salvar o clima’, no espaço multilateral da UNFCCC está sendo formatado um novo acordo onde serão definidas *metas* que os países que mais poluíram até aqui terão que cumprir para reduzir suas emissões de gases de efeito estufa com o objetivo de estabilizar o clima. Para estabilizar o clima, seguindo as recomendações do *Painel Internacional sobre Mudança do Clima* (IPCC, por sua sigla em inglês) ⁴. Segundo a nomenclatura científica, estabilizar o clima inclui impedir um aumento de mais de 2 graus Celsius na temperatura do planeta e manter a concentração de dióxido de carbono (CO₂) na atmosfera inferior à 450ppms (partes por milhão) – dois parâmetros limite para evitar o aquecimento ‘sem retorno’ para o planeta; e para isto, segundo o IPCC⁵, a temperatura deve começar a cair a partir de 2015.

⁴Documentos oficiais em língua portuguesa: <http://ipccddc.cptec.inpe.br/ipccddcbr/html/index.html>

⁵. IPCC (2007) *Climate Change: Scientific Basis*. Esta referência mínima é somente indicativa e não reflete a complexidade e a dinâmica das interações dos fatores que influenciam no clima e no impacto sobre os ecossistemas, nem a atualização das previsões, que demandam cenários sempre mais austeros.

Contudo, o novo acordo climático que está sendo formatado passará a vigorar apenas *após* 2012, ano no qual expira o *Protocolo de Kyoto* (ligado à UNFCCC mas que, distintamente desta, criou obrigações para os países). Embora tenha sido adotado em 1997, o Protocolo de Kyoto falhou em ser um instrumento capaz de fazer com que os países do Anexo I (historicamente os que mais poluíram e que têm obrigação de cumprir metas de redução) reduzissem efetivamente suas emissões poluidoras⁶. Até agora não apenas não se fizeram as reduções como, pior, *as emissões aumentaram*.

Hoje, para o novo acordo de clima 'pós Kyoto', além da definição de *metas*, é central a forma como estas serão atingidas e quais *as políticas e mecanismos* que precisam ser colocados em funcionamento para executar a *redução de emissões*. A urgência neste âmbito, muito mais do que a crise ecológica, parece ser para acordar e instalar a arquitetura e a infra-estrutura jurídica e financeira para um novo ciclo econômico atrelado à garantir a acumulação e o crescimento econômico junto à metas para “descarbonizar” a economia. Este ciclo, segundo o que está sendo discutido no âmbito da Convenção, deverá conceber e colocar em funcionamento sistemas para *medir, reportar e comprovar* a redução de emissões; financiar o desenvolvimento e transferência de tecnologias de baixa emissão de carbono; desativar tecnologias poluidoras; criar fundos para tornar comunidades mais ‘resilientes’ e para viabilizar a ‘mitigação e adaptação’ às mudanças climáticas, além de meios inovadores para ‘proteger as florestas’ e contribuir para o balanço do ciclo do carbono.

No cenário internacional há um crescente debate e posicionamento crítico entre organizações, movimentos e redes da sociedade civil sobre o rumo que estão tomando as negociações no âmbito da convenção do clima. Análises sobre as posições mais recentes dos governos dão conta de que ‘um novo tratado global sobre o clima está tomando forma para ter em seu centro *o comércio de carbono*, criando assim novas escapatórias para evitar a limpeza do clima’⁷.

Sob este enfoque, *pagar por evitar o desmatamento e degradação* do que resta das florestas tropicais seria a forma mais rápida, fácil, e sobretudo mais barata para evitar emissões, preservar estoques de carbono, podendo contar com os recursos da comercialização no mercado de carbono dos créditos referentes ao desmatamento evitado, bem como dos créditos pelo “reflorestamento” das áreas degradadas (que inclui plantações), além da comercialização dos “serviços ambientais” prestados pela floresta (tais como a regulação do regime de chuvas, redução da erosão, limpeza do ar e nascentes para os rios, etc) e seu potencial econômico nos emergentes mercados de água e biodiversidade⁸.

⁶O protocolo entrou em vigência apenas em 2005, definido uma média de redução de 5% para o período entre 2008 e 2012 em relação às emissões de 1990, regra válida para os 37 países que integram o Anexo 1 (lista dos países mais desenvolvidos).

⁷Reyes, Oscar. *UN Climate Negotiations: analysis of latest positions*.

http://www.carbontradewatch.org/index.php?option=com_content&task=view&id=270&Itemid=36 08/05/2009.

⁸Cf. propostas em www.ecosystemmarketplace.com; www.ifc.org/biodiversity

Para este propósito, ainda estão em negociação os termos nos quais os ‘serviços’ e ‘bens ambientais’ serão definidos e regulados sob a *Organização Mundial do Comércio* (OMC), tal como o Brasil pleiteia que seja considerado o etanol⁹.

Estas “escapatórias” podem ser identificadas no esforço de colocar à venda no mercado de emissões os créditos decorrentes do desmatamento evitado das florestas tropicais e do seu estoque de carbono cuja maior reserva mundial encontra-se na Amazônia.

Em uma chave de leitura mais complexa, este novo paradigma para a conservação da Amazônia é fundada em uma visão de mundo com graves implicações sociais, políticas e culturais que irão condicionar a longo prazo o futuro dos povos da Amazônia, tornando os povos e territórios dependentes e reféns de mecanismos de mercado para a conservação.

No marco do “ambientalismo de mercado”, da lógica de pagamentos e compensações como via prioritária para manter a floresta em pé, o que se vê como tendência majoritária é um esforço articulado de grandes ONGs conservacionistas (sobretudo dos Estados Unidos), institutos de pesquisa científica que estimam os ‘estoques de carbono’, agências de cooperação, empresas que precisam encontrar meios de compensar suas emissões poluidoras e garantir uma imagem ‘verde’ e bancos interessados nestas novas commodities, promovendo agressivamente os créditos de carbono das florestas amazônicas, na medida em que se anuncia que há um mercado global de carbono em gestação na UNFCCC como estratégia central para um novo regime climático e econômicos. Ou seja: desta forma as empresas e os países do Norte, terão a possibilidade prática e moral de seguir aprofundando a dívida ecológica, poluindo e ‘pagando’ por isto¹⁰.

Em nome da crise climática o atual estágio das negociações aponta que está em curso uma alteração estrutural da economia, na qual a acumulação capitalista está sendo redefinida no contexto de crise ecológica, mas sobretudo energética, com vistas a garantir a reprodução do sistema em um futuro pós petróleo. Este movimento passa por um momento decisivo com a instauração de um mercado de carbono global, através do qual será possível adotar o caminho ‘mais verde’, promovendo o “reflorestamento” como grande indústria de carbono e matéria prima para energias ‘renováveis’.

⁹ A OCDE define indústria de bens e serviços ambientais como aquela que “consiste em atividades que produzem bens e serviços para medir, evitar, limitar, minimizar ou reparar danos ambientais à água, ao ar e solo, como também problemas relacionados a resíduos, poluição sonora e danos aos ecossistemas”. Estes incluem tecnologias limpas, produtos e serviços que reduzem o risco ambiental e minimizam a poluição e o uso de recursos naturais. Baseado nessa definição, a OCDE elaborou uma lista com 164 *bens ambientais que são utilizados para suprir um serviço ambiental*. A lista da OCDE considerou como sendo serviço ambiental: tratamento de água e esgoto, serviços de eliminação de lixo, limpeza e manutenção de propriedades públicas e serviços sanitários, assim como outros vinculados ao meio ambiente, como ecoturismo, e serviços para aprimorar e racionalizar a utilização de recursos naturais.

¹⁰ Neste cenário, o Brasil e seu governo defendem que o desmatamento evitado deva ser viabilizado através de fundos públicos e doações internacionais para gerar estes recursos, e se opõe, isoladamente no âmbito da Convenção, à entrada de créditos do desmatamento evitado no mercado de carbono.

A imposição dos agrocombustíveis (e do aprofundamento das monoculturas e do agronegócio) vem se dando sob a imposição da segurança energética como política de Estado e desconsiderando, autoritariamente, um debate necessário e democrático sobre energia, poder e soberania nesta transição energética. Nesta chave também se assiste no mundo o chamado 'renascimento' da energia nuclear, inclusive na América Latina (como se vê no Brasil). Segundo o entendimento dos movimentos sociais, e de reiteradas convergências entre várias frentes de resistência, estas propostas de energias 'renováveis', renovam, perpetuam e aprofundam a lógica hegemônica e representam “falsas soluções” à gravidade da crise climática e energética.

Energia, Clima e Política

As mudanças climáticas vêm se consolidando como uma problemática central para entender os principais processos sociais, econômicos e principalmente políticos contemporâneos. Há um consenso crescente de que a ação humana tem sido a principal causa que teria contribuído historicamente para a alteração do clima através das emissões de dióxido de carbono - CO² - resultantes da queima de energia fóssil empregada na atividade industrial. O fato de que há uma mudança do clima em curso é admitido hoje como uma verdade 'inequívoca' da ciência, evidenciado pela frequência de eventos climáticos extremos.

Um elemento de destaque neste contexto é que, com base no discurso e na autoridade estabelecida pelo reconhecimento científico, a 'mudança do clima' vem servindo de macro justificativa para a elaboração e adoção de políticas que estão redefinindo – radicalmente - a economia, rumo à 'descarbonização' e à transição global para uma matriz energética “limpa”, entendida como para além dos combustíveis fósseis. Como marco geral, uma nova política global vem sendo redefinida ao redor de decisões e posições sobre energia-clima. Neste contexto é fundamental manter em perspectiva que nesta linha de 'política com base na ciência' (science based politics), a ciência e a racionalidade específica que esta instrumentaliza, serve tanto de critério de verdade para o problema como também de guia para as soluções.

Do ponto de vista da reflexão teórica, as mudanças climáticas podem assim ser apontadas como um *novo eixo estruturante* em relação ao qual se organizam em uma narrativa unificada as principais questões resultantes da experiência da industrialização, da urbanização e da modernidade, a partir dos seus impactos ambientais concretos e cumulativos. A racionalidade moderna, que universaliza e reproduz a visão de mundo e de natureza eurocêntrica tem seu lastro colonial e colonizante instrumentalizada através do tecno-ciência. É preocupante como esta dimensão vem ocupando um peso central na política: à medida em que o argumento científico passa a ser o critério

último das decisões políticas, a despolitização parece ser a tônica geral do debate sobre a mudança do clima determinado pela ciência.

Este processo vem sobredeterminando a reorganização da economia e da sociedade acarreta vastas implicações sociais, mas afeta, especialmente, os povos indígenas. No sentido em que as mudanças climáticas representam a materialização concreta do projeto da modernidade, as soluções propostas no marco da visão e da racionalidade eurocêntrica precisam

A perversidade do processo em curso é que ‘em nome da Dívida Ecológica’, se pede agora que se comprem os créditos de carbono das florestas de terras indígenas – sem esclarecer que aí também está a concessão dos direitos do carbono (carbon rights) que os investidores do Norte estarão adquirindo, e que significam uma nova categoria e geração de direito e controle sobre a terra. A cooptação das comunidades e organizações para este projeto é o que defino como a “catequese do carbono”. Comparável em escala e escopo à entrada das missões jesuíticas na região amazônica nos séculos XVII e XVIII, atualmente o universo indígena amazônico, suas formas de vida e suas cosmologias estão sob uma investida similar à da evangelização cristã e colonial. Através deste evangélio contemporâneo, além da floresta – visto por seu potencial como sumidouro e estoque de ‘carbono’ - tem o propósito de criar valores crematísticos e mercados para os ‘serviços ambientais’, e seus respectivos mercados: água, biodiversidade e conhecimentos tradicionais. Os Povos Indígenas em sua autonomia política, cultural e espiritual ficam reduzidos a “prestadores de serviços”, “guardiães da floresta” ou ainda “guardiães do carbono florestal” e assim subjugados como sujeitos políticos.

Além disso os Povos Indígenas são sobremaneira afetados pela mudança do clima. É fato que os eventos meteorológicos extremos (ciclones, furacões, tempestades, etc) manifestam-se a cada dia com mais frequência e intensidade e têm - *indiscutivelmente* - conseqüências devastadoras sobre as populações mais vulneráveis, causando mortes, disseminando epidemias, forçando migrações e pondo em risco a vida de milhões de pessoas. Entre os fatores climatológicos que influem e ao mesmo tempo expressam esta mudança está a alteração no regime de ventos e das chuvas, ocasionando inundações, mas também agravando secas e processos de desertificação, o que tem efeitos imediatos sobre a agricultura e a produção de alimentos. Embora estas transformações (na medida em que a alteração no regime das chuvas impacta no acesso à água potável e na provisão de alimentos) afetem o conjunto da população, estas impactam diretamente sobre a vida no meio rural e especialmente das populações que dependem diretamente para sua sobrevivência da agricultura, mas também do extrativismo, da caça e da coleta, como os Povos Indígenas. Além disso, a cosmologia e a espiritualidade que guiam a forma de viver dos Povos Indígenas em todo o mundo, em sua intrincada e indissociável interdependência com a natureza e seus ciclos, é o único que existe em termos de

alternativa real e concreta à sociedade globalizada, produto da modernidade colonial. Uma saída às mudanças climáticas para o planeta dependerá da sabedoria ancestral dos Povos Indígenas e de uma nova forma para a humanidade ser e estar no mundo.

As políticas de clima e energia constituem desta forma um campo privilegiado para apreender como se configuram e desdobram os mecanismos e as equações contemporâneas de dependência e submetimento com vistas a assegurar o controle das terras tropicais e das dimensões neo-colonial, das contradições e do submetimento da natureza. Ainda, as mudanças climáticas põem em xeque definitivo as teorias sociais que permanecem alheias à dimensão territorial, concreta e intransponível que pensar a realidade exige – bem como trazem para a linha de frente à tarefa de libertar-se do lastro colonial da modernidade e da falência planetária do seu projeto.